



## ALCOA ALUMÍNIO S.A.

CNPJ: 23.637.697/0001-01

## Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 acompanhadas das Notas Explicativas. A Diretoria está à disposição dos senhores acionistas para as informações que julgarem necessárias. São Paulo, 30 de março de 2022

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	693.986	339.667	769.181	445.415
Contas a receber	7	384.599	227.754	384.599	227.754
Estoques	8	537.730	310.770	539.877	312.917
Transações com partes relacionadas	18	124.745	153.642	124.630	153.464
Créditos fiscais a compensar	9	105.882	46.271	114.350	53.662
Dividendos a receber		58.106	22.257	4.173	6.769
Outros ativos		20.672	7.013	24.820	10.662
		1.925.720	1.107.374	1.961.630	1.210.643
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	6.1	-	-	3.987	3.970
Depósitos judiciais		11.049	8.561	11.433	8.947
Créditos fiscais a compensar	9	481.933	32.462	482.471	33.106
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24(a)	837.092	904.691	837.092	907.122
Outros ativos		1.072	1.071	2.918	2.273
		1.331.146	946.785	1.337.901	955.418
Investimentos em controladas	10(a)	1.057.027	1.120.554	-	-
Investimentos em coligadas	10(b)	3.297.780	3.200.718	3.297.780	3.200.718
Imobilizado	12	840.848	755.921	1.842.828	1.819.181
Intangível	13	14.343	16.799	219.818	42.135
Ativos de direito de uso	14	2.510	4.597	2.663	4.808
		6.543.654	6.045.374	6.700.990	6.022.260
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.469.374</b>	<b>7.152.748</b>	<b>8.662.620</b>	<b>7.232.903</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita	25	3.579.721	2.244.392	3.937.354	2.458.689
Custo das vendas	26	(3.033.298)	(2.097.819)	(3.114.046)	(2.172.828)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>546.423</b>	<b>146.573</b>	<b>823.308</b>	<b>285.861</b>
Recursos (Despesas) operacionais:					
Despesas administrativas	26	(137.605)	(104.196)	(73.370)	(150.944)
Despesas com vendas	26	(10.814)	(24.400)	(10.814)	(24.400)
Outras receitas (despesas) operacionais,					
líquidas	27	195.256	(26.412)	193.569	(27.295)
Participação nos lucros de controladas	10 (a)	265.004	74.647	-	-
<b>Resultado Operacional</b>		<b>858.534</b>	<b>66.212</b>	<b>932.693</b>	<b>83.672</b>
Resultado Financeiro:					
Receitas financeiras	28	145.719	19.112	151.126	24.593
Despesas financeiras	28	(54.705)	(80.411)	(58.170)	(86.815)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	28	3.836	25.036	3.370	24.061
<b>Recursos (Despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>94.850</b>	<b>(36.253)</b>	<b>96.326</b>	<b>(38.161)</b>
Participação em sociedades coligadas	10 (b)	326.732	150.409	326.732	150.409
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.280.116</b>	<b>180.368</b>	<b>1.355.751</b>	<b>195.920</b>
Imposto de renda e contribuição social	24 (d)	(184.999)	36.222	(260.634)	20.670
<b>Lucro do exercício</b>		<b>1.095.117</b>	<b>216.590</b>	<b>1.095.117</b>	<b>216.590</b>
Participação dos não controladores				111	(44)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>1.095.117</b>	<b>216.590</b>	<b>1.095.228</b>	<b>216.546</b>
Acionistas da Companhia				1.095.117	216.590
Participação dos não controladores				111	(44)
				<b>1.095.228</b>	<b>216.546</b>
Ações do capital social no final do exercício - milhares	23	19.363.747	19.363.747		
<b>Lucro por ação durante o exercício</b>					
Lucro por ação da Companhia - R\$		56,56	11,19		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma												
	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Hedge de Fluxo de Caixa Social	Reserva de Prêmio de Opções de Ações	Reserva de Outras Reservas de Capital	Reservas de Lucros					Participação dos Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido	
					Reserva de Lucros Acumulados	Reserva de Lucros (Prejuízos)	Reserva de Lucros Para (Prejuízos)	Reserva de Lucros Acumulados	Reserva de Lucros Acumulados			Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.478.070</b>	<b>(1.787)</b>	<b>(7.232)</b>	<b>2.307</b>	<b>10.574</b>	<b>189.765</b>	<b>214.721</b>	<b>105.272</b>	<b>-</b>	<b>5.991.690</b>	<b>(16)</b>	<b>5.991.674</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	216.590	216.590	(44)	216.546
Prêmio de opção de ações	-	-	-	3.654	-	-	-	-	-	3.654	-	3.654
Hedge de fluxo de caixa	-	(1.166)	-	-	-	-	-	-	(1.166)	-	-	(1.166)
Obrigações com benefício de aposentadoria	-	-	(5.410)	-	-	-	-	-	(5.410)	-	-	(5.410)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(105.238)	-	(105.238)	-	-	(105.238)
Dividendos prescritos de minoritários	-	-	-	-	-	2.394	-	-	(2.394)	-	-	-
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	10.829	-	(10.829)	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.842)	-	-	(50.842)
Constituição dos dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	152.525	(152.525)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.478.070</b>	<b>(2.953)</b>	<b>(12.642)</b>	<b>5.961</b>	<b>10.574</b>	<b>192.159</b>	<b>225.550</b>	<b>152.559</b>	<b>-</b>	<b>6.049.278</b>	<b>(60)</b>	<b>6.049.218</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.095.117	1.095.117	110	1.095.227
Prêmio de opção de ações	-	-	-	24.569	-	-	-	-	-	24.569	-	24.569
Hedge de fluxo de caixa	-	(26.708)	-	-	20	-	-	-	(26.688)	-	-	(26.688)
Obrigações com benefício de aposentadoria	-	-	971	-	-	-	-	-	971	-	-	971
Dividendos pagos (Nota 23, item b)	-	-	-	-	-	-	(151.525)	-	(151.525)	-	-	(151.525)
Constituição reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	23.099	-	-	(23.099)	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.756)	(13)	-	(13)
Constituição dos dividendos a pagar (Nota 23, item b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(254.316)	(254.316)	-	(254.316)
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	762.946	(762.946)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.478.070</b>	<b>(29.661)</b>	<b>(11.671)</b>	<b>30.530</b>	<b>10.594</b>	<b>215.258</b>	<b>280.306</b>	<b>763.967</b>	<b>-</b>	<b>6.737.393</b>	<b>50</b>	<b>6.737.443</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1. Informações gerais

## 1.1 Contexto

As atividades da Alcoa Alumínio S.A. ("Companhia" ou "Alcoa") e suas controladas (conjuntamente o "Grupo"), concentram-se na produção e comercialização de alumina, alumínio, pó de alumínio, energia e produtos químicos, direcionados tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo.

A Companhia é uma sociedade por ações com sede no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais. A Alcoa Nederland Holding BV, com sede na Holanda, detém 99,96% do seu capital social. A entidade holandesa é uma subsidiária integral da Alcoa Corporation, controladora indireta da entidade Alcoa, cuja sede está localizada nos Estados Unidos da América. A Companhia, em conjunto com as demais sociedades ligadas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

Com relação às operações da Refinaria de alumina de Poços de Caldas, o Governo do estado de Minas Gerais promulgou a lei Ordinária Estadual 23.291 de 25 de fevereiro de 2019, a qual determina a erradicação das barragens construídas pelo método de alteamento a montante e dá outras providências.

Neste contexto, a Administração da Companhia aprovou, em 2020, a realização dos investimentos necessários à adoção da tecnologia de disposição de resíduos secos (*Dry Stacking*). O projeto encontra-se em fase de execução, sendo sua conclusão prevista para o segundo semestre de 2022. Tal iniciativa, visa descontinuar a necessidade de barragens para resíduos úmidos, e dessa forma aumentar ainda mais os níveis de segurança, principalmente ambiental, nas operações da Companhia no Brasil.

Em setembro de 2021, a Alcoa Corporation anunciou a sua decisão de intenção do religamento da redução de alumínio (*Smelter*) da sua unidade de São Luís no Maranhão. Em 31 de dezembro de 2021, o referido projeto de religamento já se encontrava em andamento, mas ainda em sua fase inicial. De acordo com o plano apresentado, o início das atividades de produção, faturamento e vendas estão previstos para o segundo trimestre de 2022.

Dada essa decisão do religamento da redução de alumínio (*Smelter*) de São Luís, durante o ano de 2021 a Companhia e a sua controladora Alcoa Corporation assinaram contratos de compra de energia para os períodos de 2024 a 2038, junto a geradoras e comercializadoras de energia no país, de modo a garantir o fornecimento para esta operação.

## 1.2 Impactos da COVID-19

Desde a identificação dos primeiros casos de COVID-19 no Brasil, a Administração da Companhia determinou a criação de um comitê de crise, o qual ficou responsável pela definição, implementação e acompanhamento das medidas de prevenção necessárias para evitar a propagação do vírus em suas operações.

Nesse contexto, as medidas de prevenção adotadas se mostraram efetivas e em nenhum momento houve paralisação de suas atividades produtivas, bem como não foram experimentadas oscilações relevantes nas cadeias de suprimento. Entre as medidas adotadas pelo comitê de crise, destacamos a realização de testes, a adoção do trabalho à distância para os profissionais elegíveis, readaptação de ambientes de trabalho e de transporte, e ainda atenção especial dada aos profissionais incluídos nos grupos de risco.

A Administração permanece monitorando as oscilações de contaminações, bem como a eficácia de suas medidas de prevenção adotadas, fornecendo assistência e suporte aos seus colaboradores e terceiros. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, de sua abrangência e gravidade, e de eventuais novas restrições impostas por órgãos governamentais, outros possíveis desdobramentos nos países e nas regiões onde a Companhia possui operações e ainda por recomendações do grupo técnico de saúde da própria Companhia.

A Administração permanece monitorando a evolução da pandemia, bem como a eficácia das medidas de prevenção adotadas, sem identificação de impactos relevantes no processo.

## 1.3 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2022.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros de derivativos embutidos em contrato, mensurados ao valor justo (*fair value*).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

## (a) Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

## (b) Pronunciamentos emitidos que foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Reforma da IBOR - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros" - reforma do benchmark da taxa de juros (i). A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a:

- Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitindo mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente a base anterior.

- Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa com um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

(i) Em 2021, como parte da avaliação prospectiva de efetividade, e considerando os aspectos da Fase 2 da reforma da taxa de juros, a Empresa efetuou análise da relação econômica de suas estruturas de hedge *accounting*, e não identificou impactos relevantes nas relações de hedge, nem tampouco inefetividade relacionada diretamente com a reforma.

Para as demais normas a Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, porém, continuará a monitorar se, havendo alguma mudança, tais normas demandarão algum ajuste contábil.

## 2.1 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora.

## 2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

## (a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, perdas e ganhos não realizados entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## (b) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários do ativo do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando cessa o controle do Grupo, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável, relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

## (c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

A administração avaliou os investimentos nas empresas Alcoa World Alumina ("AWA"), Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), Serrá do Fação S.A. ("SEFAC") e Mineração Rio do Norte ("MRN") e concluiu, sob o ponto de vista do CPC 16 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que a BAESA, SEFAC e a MRN devem ser tratadas ao custo com subsequente reconhecimento das variações patrimoniais (método de equivalência patrimonial).

As operações em conjunto são apresentadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos

e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são apresentados individualmente nas demonstrações financeiras.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01		2021		2020	
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020</b> - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
<p>A Companhia e sua coligada Alcoa World Alumina Brasil Ltda. ("AWA Brasil"), gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sob o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos nas unidades do Maranhão e, especificamente no que diz respeito à AWA Brasil, também na unidade de Juruti, os quais são condicionados à constituição de reserva de incentivo fiscal por montante equivalente. Esses incentivos foram concedidos pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e consistem na redução do imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades individualmente, até o ano base de 2022 e, no caso da mina de bauxita de Juruti ativo integrante da AWA Brasil, até 2026.</p>					
<b>2.14 Benefícios a empregados</b>					
<b>(a) Obrigações de aposentadoria</b>					
<p>A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, e realiza os pagamentos de contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade terceira e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.</p> <p>O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos do mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuárias decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuárias são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.</p>					
<b>(b) Outras obrigações pós-emprego</b>					
<p>Algumas empresas do Grupo oferecem benefícios de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados e registradas contabilmente se relevantes.</p>					
<b>(c) Plano de ações</b>					
<p>A controladora da Companhia, Alcoa Corporation, outorgou opções de compra de suas ações de emissão própria a parte dos empregados, diretores e executivos da Companhia, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência.</p> <p>O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito na "Reserva de capital próprio de opção de ações". Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos provavelmente serão adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, caso ocorra, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital, prospectivamente.</p>					
<b>(d) Benefícios de rescisão</b>					
<p>Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Grupo antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Grupo reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.</p>					
<b>(e) Participação nos lucros</b>					
<p>O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (<i>constructive obligation</i>).</p>					
<b>2.15 Capital social</b>					
<p>As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.</p>					
<b>2.16 Reconhecimento da receita</b>					
<p>A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.</p> <p>O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, o controle e o risco de perda são transferidos para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.</p>					
<b>(a) Venda de produtos</b>					
<p>O reconhecimento da receita de vendas nos mercados interno e externo, que substancialmente referem-se à venda de alumínio primário, alumina e energia, baseia-se nos princípios a seguir:</p> <p>(i) Mercado interno: as vendas são feitas à vista ou a prazo, com prazo médio de recebimento de 30 dias.</p> <p>(ii) Mercado externo: normalmente são vendas feitas a empresas ligadas localizadas no exterior, seguindo prazo médio de recebimento de 30 dias.</p> <p>O registro da receita ocorre desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Substancialmente, essas características são atendidas por ocasião do integral cumprimento das obrigações de desempenho.</p>					
<b>(b) Receita financeira</b>					
<p>A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (<i>impairment</i>) é identificada em relação a um conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao conta a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do conta a receber.</p>					
<b>2.17 Arrendamentos</b>					
<p>Para a adoção do CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de acordo com cada prazo e natureza de cada contrato por possuírem taxas de captação distintas.</p>					
<b>2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio</b>					
<p>A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final de exercício, quando aplicável, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.</p> <p>O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado como redutor da despesa corrente com imposto de renda e contribuição social.</p>					
<b>2.19 Consórcio Alumar ("Alumar")</b>					
<p>Conforme Nota 11, a Companhia é membro do Consórcio Alumar do qual detém uma participação proporcional em determinados ativos e passivos, bem como na produção de alumina e alumínio. Portanto, a contabilização das participações da Companhia no consórcio incorpora as contas de ativo, passivo e resultado, proporcionalmente à respectiva participação detida no empreendimento e os respectivos custos de aquisição, conforme estipulados nos contratos.</p>					
<b>3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:</b>					
<p>As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:</p> <p>(a) provisões para contingências e avaliação de processos tributários;</p> <p>(b) imposto de renda e contribuição social diferidos ativos;</p> <p>(c) impacto de <i>impairment</i> nos investimentos, no ativo imobilizado e nos tributos a recuperar;</p> <p>(d) provisão para restauração ambiental;</p> <p>(e) revisão de vida útil do ativo imobilizado;</p> <p>(f) UBP - Utilização do bem público</p>					
<b>4. Gestão de risco financeiro:</b>					
<b>4.1 Fatores de risco financeiro:</b>					
<p>As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e valor presente, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.</p> <p>A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela matriz (Alcoa Corporation). A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.</p>					
<b>(a) Risco de mercado</b>					
<b>(i) Risco cambial</b>					
<p>O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos.</p> <p>Considerando os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, uma eventual desvalorização do real em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, resultaria no reconhecimento de um ganho de aproximadamente R\$ 31,989 para cada 10 pontos percentuais (em 2020 o impacto seria positivo em R\$ 16.559), dado que na data da presente demonstração financeira, existe uma exposição ativa superior aos passivos denominados em dólar. Salientando que o preço de venda de parte das mercadorias e produtos comercializados pela entidade é atrelado à cotação da alumina (API - alumina price index), a qual é denominada em dólares dos Estados Unidos. Portanto, a eventual valorização da moeda americana resultaria em um incremento das receitas da Companhia em moeda local, impactando positivamente seu resultado.</p>					
<b>(ii) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros</b>					
<p>O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e de longo prazo, quando aplicável. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco da taxa de juros no fluxo de caixa. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, quando aplicável. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usado o mesmo percentual de mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos e ativos que representam as principais posições com juros. No exercício de 2021 não houve a contratação de novos empréstimos.</p>					
<b>(b) Risco de crédito</b>					
<p>O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites predefinidos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.</p> <p>O perfil de recebíveis do período de 2021 é composto por 74% referente à venda para o mercado doméstico e 26% para o mercado externo.</p> <p>Considera-se baixo o risco da carteira de recebíveis devido ao volume de vendas <i>intercompany</i>, que representa 95% das vendas para o mercado externo e também em relação ao mercado doméstico relativo à comercialização de energia no país, que representa em 35% do total de vendas desmercado, visto que estas negociações apenas são realizadas com empresas devidamente registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) que regula, monitora e fiscaliza a comercialização de energia no país.</p>					
<b>(c) Risco de liquidez</b>					
<p>A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais e compilada pela tesouraria do Grupo. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, exigências regulatórias externas ou legais, caso seja aplicável - por exemplo, restrições de moeda.</p> <p>Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, o Grupo conta com o apoio imediato da matriz. Assim, além das linhas de crédito disponíveis, o Grupo pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentou capital circulante líquido positivo de R\$ 713.421 mil (R\$ 291.685 mil em 2020).</p> <p>A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos ou/liquidez adequados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.</p> <p>A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial até a data contratada do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		507.028		288.029	
Outras contas a pagar		43.532		-	
		<b>Consolidado</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.2 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.3 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.4 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.5 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.6 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.7 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.8 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.9 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.10 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.11 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.12 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.13 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.14 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.15 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.16 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.17 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.18 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.19 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo aplica o CPC 48 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:</p>					
		<b>Controladora</b>			
		<b>Menos de um ano</b>		<b>Entre um e três anos</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores		519.722		383.728	
Outras contas a pagar		58.887		-	
<b>4.20 Estimativa do valor justo</b>					
<p>Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (<i>impairment</i>), estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais</p>					

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma										
	Terrenos e jazidas	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Total em operação	Obras em andamento (I)	Controladora Imobilizado total	20. Outros Passivos
Custo Total	21.931	1.340.867	1.559.599	177.090	44.940	152.533	3.296.960	109.432	3.406.392	Provisão para Reestruturação (i)
Depreciação acumulada	(82)	(1.010.773)	(1.328.038)	(147.371)	(39.520)	(124.687)	(2.650.471)	—	(2.650.471)	Outros passivos (ii)
Valor residual	21.849	330.094	231.561	29.719	5.420	27.846	646.489	109.432	755.921	Créditos Tributários de Direito de Antiga Parte Relacionada (iii)
Saldos em 31 de dezembro 2020	21.849	330.094	231.561	29.719	5.420	27.846	646.489	109.432	755.921	Uso do bem público - UBP
Aquisição	—	7.341	3.032	123	40	2.455	12.991	235.254	248.245	
Alienação	(424)	(14.341)	(21.618)	(92)	(1.949)	—	(38.424)	—	(38.424)	
Provisão Impairment (realização parcial) (iii)	—	5.920	20.301	—	—	—	26.221	3.452	29.673	
Depreciação	(67)	(90.083)	(32.453)	(4.081)	(1.361)	(23.179)	(151.224)	—	(151.224)	
Transferências	2.347	63.367	7.625	2.781	1.698	32.822	110.660	(110.660)	—	
Reclassificação impostos a compensar (ii)	—	(2.485)	(338)	(180)	—	—	(3.003)	(340)	(3.343)	
Saldos em 31 de dezembro 2021	23.705	299.833	208.110	28.270	3.848	39.944	603.710	237.138	840.848	
Custo Total	23.854	1.356.974	1.472.221	172.631	24.683	187.810	3.238.173	237.138	3.475.311	
Depreciação acumulada	(149)	(1.057.140)	(1.264.112)	(144.361)	(20.835)	(147.866)	(2.634.463)	—	(2.634.463)	
Valor residual	23.705	299.834	208.109	28.270	3.848	39.944	603.710	237.138	840.848	
Taxas Anuais de depreciação - %	2-10	2-44	3-13	4-24	10-25					

	Terrenos e jazidas	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Total em operação	Obras em andamento (I)	Controladora Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro 2019	88.085	1.111.447	512.267	28.692	3.596	53.977	1.798.064	80.477	1.878.541
Aquisição	—	2.559	2.321	85	424	11.096	16.485	124.137	140.622
Alienação	—	(7.798)	(9.014)	(1.612)	(9)	—	(18.433)	—	(18.433)
Depreciação	(3.213)	(98.910)	(53.355)	(3.920)	(1.752)	(32.704)	(193.854)	(3.303)	(193.854)
Capitalização de Juros (amortização)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências	(379)	68.909	9.786	6.643	3.264	—	88.223	(88.223)	—
Reclassificação impostos a compensar (ii)	—	(8.478)	(1.384)	(130)	—	—	(9.992)	—	(9.992)
Saldos em 31 de dezembro 2020	84.493	1.075.805	478.145	29.758	5.523	32.369	1.706.093	113.088	1.819.181
Custo Total	133.721	2.384.634	1.929.268	177.393	45.093	161.695	4.831.804	113.088	4.944.892
Depreciação acumulada	(49.228)	(1.308.829)	(1.451.123)	(147.635)	(39.570)	(129.326)	(3.125.711)	—	(3.125.711)
Valor residual	84.493	1.075.805	478.145	29.758	5.523	32.369	1.706.093	113.088	1.819.181
Saldos em 31 de dezembro 2020	84.493	1.075.805	478.145	29.758	5.523	32.369	1.706.093	113.088	1.819.181
Aquisição	—	8.019	6.969	123	49	2.455	17.635	233.118	250.753
Alienação	(424)	(14.341)	(21.618)	(92)	(1.949)	—	(38.424)	—	(38.424)
Provisão Impairment (realização parcial) (iii)	—	5.920	20.300	—	—	—	26.220	3.452	29.672
Depreciação	(3.997)	(133.035)	(46.917)	(4.097)	(1.371)	(25.604)	(215.011)	—	(215.011)
Transferências	2.347	63.392	7.620	2.781	1.698	33.740	111.578	(111.578)	—
Reclassificação impostos a compensar (ii)	—	(2.485)	(338)	(180)	—	—	(3.003)	(340)	(3.343)
Saldos em 31 de dezembro 2021	82.429	1.003.275	444.181	28.293	3.950	42.960	1.605.088	237.740	1.842.828
Custo Total	135.644	2.391.714	1.845.842	172.934	24.844	197.889	4.768.867	237.740	5.006.607
Depreciação acumulada	(53.215)	(1.388.439)	(1.401.661)	(144.641)	(20.894)	(154.929)	(3.163.779)	—	(3.163.779)
Valor residual	82.429	1.003.275	444.181	28.293	3.950	42.960	1.605.088	237.740	1.842.828
Taxas Anuais de depreciação - %	2-10	2-44	3-13	4-24	10-25				

(i) Em obras em andamento constam principalmente os gastos referentes aos projetos de construção de lagos de resíduos de bauxita da operação de refino de alumina da unidade de São Luis.

(ii) Transferências relacionadas a reclassificações de valores relativos aos tributos como PIS e COFINS para a rubrica de "Créditos fiscais a compensar", os quais ainda estavam sob revisão se gerariam créditos fiscais, e por isso ainda estavam reconhecidos no grupo de imobilizado.

(iii) A Companhia registrou no ano de 2015 uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (provisão de impairment de ativos) relacionado ao processo de redução nas operações de produção de alumínio primário (smelter) da planta de Poços de Caldas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Tal registro se deu em decorrência da manutenção dos patamares de precificação do alumínio primário, até 2015, ou seja, no momento da tomada de decisão do registro da provisão, os quais se encontravam muito abaixo daqueles experimentados nos anos que antecederam a crise econômica de 2008, o que levou ao comprometimento da continuidade das operações. Em 2021 e 2020 a Companhia registrou a realização da provisão de impairment de ativos provisionados em 2015, em decorrência da continuidade da depreciação dos bens que ainda remanescem na planta e também pela alienação de parte dos bens desta unidade de negócios.

O Grupo efetuou revisão da vida útil estimada para bens do imobilizado durante o ano de 2021, e não identificou alterações significativas.

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.998	15.444	21.042
Aquisição	—	—	—
Amortização	(1.971)	(2.272)	(4.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Custo total	96.214	46.241	142.455
Amortização acumulada	(92.587)	(33.069)	(125.656)
Valor residual	3.627	13.172	16.799
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Aquisição	3.087	3.067	6.154
Amortização	(8.439)	(2.104)	(10.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.275	11.068	14.343
Custo total	44.763	46.241	91.004
Amortização acumulada	(41.488)	(35.173)	(76.661)
Valor residual	3.275	11.068	14.343
Taxas anuais de amortização - %	10-33	4	

(i) Em obras em andamento constam principalmente os gastos referentes aos projetos de construção de lagos de resíduos de bauxita da operação de refino de alumina da unidade de São Luis.

(ii) Transferências relacionadas a reclassificações de valores relativos aos tributos como PIS e COFINS para a rubrica de "Créditos fiscais a compensar", os quais ainda estavam sob revisão se gerariam créditos fiscais, e por isso ainda estavam reconhecidos no grupo de imobilizado.

(iii) A Companhia registrou no ano de 2015 uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (provisão de impairment de ativos) relacionado ao processo de redução nas operações de produção de alumínio primário (smelter) da planta de Poços de Caldas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Tal registro se deu em decorrência da manutenção dos patamares de precificação do alumínio primário, até 2015, ou seja, no momento da tomada de decisão do registro da provisão, os quais se encontravam muito abaixo daqueles experimentados nos anos que antecederam a crise econômica de 2008, o que levou ao comprometimento da continuidade das operações. Em 2021 e 2020 a Companhia registrou a realização da provisão de impairment de ativos provisionados em 2015, em decorrência da continuidade da depreciação dos bens que ainda remanescem na planta e também pela alienação de parte dos bens desta unidade de negócios.

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.998	15.444	21.042
Aquisição	—	—	—
Amortização	(1.971)	(2.272)	(4.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Custo total	96.214	46.241	142.455
Amortização acumulada	(92.587)	(33.069)	(125.656)
Valor residual	3.627	13.172	16.799
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Aquisição	3.087	3.067	6.154
Amortização	(8.439)	(2.104)	(10.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.275	11.068	14.343
Custo total	44.763	46.241	91.004
Amortização acumulada	(41.488)	(35.173)	(76.661)
Valor residual	3.275	11.068	14.343
Taxas anuais de amortização - %	10-33	4	

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.998	15.444	21.042
Aquisição	—	—	—
Amortização	(1.971)	(2.272)	(4.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Custo total	96.214	46.241	142.455
Amortização acumulada	(92.587)	(33.069)	(125.656)
Valor residual	3.627	13.172	16.799
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Aquisição	3.087	3.067	6.154
Amortização	(8.439)	(2.104)	(10.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.275	11.068	14.343
Custo total	44.763	46.241	91.004
Amortização acumulada	(41.488)	(35.173)	(76.661)
Valor residual	3.275	11.068	14.343
Taxas anuais de amortização - %	10-33	4	

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.998	15.444	21.042
Aquisição	—	—	—
Amortização	(1.971)	(2.272)	(4.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Custo total	96.214	46.241	142.455
Amortização acumulada	(92.587)	(33.069)	(125.656)
Valor residual	3.627	13.172	16.799
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Aquisição	3.087	3.067	6.154
Amortização	(8.439)	(2.104)	(10.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.275	11.068	14.343
Custo total	44.763	46.241	91.004
Amortização acumulada	(41.488)	(35.173)	(76.661)
Valor residual	3.275	11.068	14.343
Taxas anuais de amortização - %	10-33	4	

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.998	15.444	21.042
Aquisição	—	—	—
Amortização	(1.971)	(2.272)	(4.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Custo total	96.214	46.241	142.455
Amortização acumulada	(92.587)	(33.069)	(125.656)
Valor residual	3.627	13.172	16.799
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Aquisição	3.087	3.067	6.154
Amortização	(8.439)	(2.104)	(10.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.275	11.068	14.343
Custo total	44.763	46.241	91.004
Amortização acumulada	(41.488)	(35.173)	(76.661)
Valor residual	3.275	11.068	14.343
Taxas anuais de amortização - %	10-33	4	

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.998	15.444	21.042
Aquisição	—	—	—
Amortização	(1.971)	(2.272)	(4.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Custo total	96.214	46.241	142.455
Amortização acumulada	(92.587)	(33.069)	(125.656)
Valor residual	3.627	13.172	16.799
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Aquisição	3.087	3.067	6.154
Amortização	(8.439)	(2.104)	(10.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.275	11.068	14.343
Custo total	44.763	46.241	91.004
Amortização acumulada	(41.488)	(35.173)	(76.661)
Valor residual	3.275	11.068	14.343
Taxas anuais de amortização - %	10-33	4	

	Ativo circulante	Passivo circulante	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.998	15.444	21.042
Aquisição	—	—	—
Amortização	(1.971)	(2.272)	(4.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Custo total	96.214	46.241	142.455
Amortização acumulada	(92.587)	(33.069)	(125.656)
Valor residual	3.627	13.172	16.799
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.627	13.172	16.799
Aquisição	3.087	3.067	6.154
Amortização	(8.439)	(2.104)	(10.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.275	11.068	14.343
Custo total	44.763	46.241	91.004
Amortização acumulada	(41.488)	(35.173)	(76.661)
Valor residual	3.275	11.068	14.343
Taxas anuais de amortização - %	10-33	4	

|--|--|

ALCOA ALUMÍNIO S.A. - CNPJ: 23.637.697/0001-01				
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
<b>25. Receitas</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
		<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.981.536	1.727.950	3.364.147	1.944.740
Mercado externo	1.124.422	796.669	1.124.422	796.669
Impostos e deduções sobre vendas (i)	(526.237)	(280.227)	(521.215)	(282.720)
<b>Receta líquida das vendas</b>	<b>3.579.721</b>	<b>2.244.392</b>	<b>3.937.354</b>	<b>2.458.689</b>
(i) Em dezembro de 2021, a Companhia registrou créditos tributário sobre o assunto do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R\$ 237.238 na rubrica de Créditos Fiscais a Compensar (vide Nota Explicativa 09 - Créditos Fiscais a Compensar), R\$ 159.180 refere-se ao principal, sendo deste R\$ 155.038 registrado na rubrica de Outras Receitas Operacionais (vide Nota Explicativa 27 - Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas) daqueles créditos de data-base de anos anteriores à 2021 e R\$ 4.142 registrado na rubrica de Impostos e Deduções sobre Venda daqueles créditos de data-base do próprio ano de 2021; e R\$ 78.058 trata-se de atualização monetária (com base na SELIC) registrado no resultado financeiro (vide Nota Explicativa 28 - Resultado Financeiro).				
<b>26. Custos e despesas por natureza</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Matérias-primas e materiais de consumo	1.047.121	797.741	1.052.294	800.838
Custo de energia elétrica	22.609	17.666	22.724	17.773
Outros custos de produção	255.827	94.195	289.747	97.453
Despesa de benefícios a empregados (Nota 29)	184.327	126.028	188.792	129.435
Encargos de depreciação e amortização (Nota 12 e 13)	156.767	134.666	222.050	199.593
Despesas de frete	40.520	19.848	40.520	19.848
Despesas gerais administrativas	137.605	104.196	73.369	150.494
Despesas comerciais	6.513	3.386	6.513	3.386
Despesas com arrendamentos operacionais	9.657	8.933	9.706	8.975
Despesas de marketing	-	205	-	205
Ociosidade (i)	41.022	41.525	41.022	41.525
Custo da energia vendida	417.130	446.399	417.130	446.399
Custo de revenda (metal importado)	705.663	305.698	705.663	305.698
Outros custos e despesas	(156.956)	(125.929)	(128.700)	(126.100)
Custo total das vendas, distribuição e despesas administrativas	3.181.717	2.226.415	3.198.230	2.347.722
Custo das vendas	3.033.298	2.097.819	3.114.046	2.172.828
Despesas gerais e administrativas	137.605	104.196	73.370	150.494
Despesas com vendas	10.814	24.400	10.814	24.400
	<b>3.181.717</b>	<b>2.226.415</b>	<b>3.198.230</b>	<b>2.347.722</b>
(i) Os valores alocados na rubrica de ociosidade são relativos ao percentual de produção efetiva inferior à sua capacidade instalada, para as unidades da São Luís e de Poços de Caldas, após a decisão que a liderança da Companhia havia tomado sobre o corte das operações de produção de alumínio ( <i>Smelter</i> ) destas unidades. Em setembro de 2021, a Alcoa Corporation anunciou a sua decisão de intenção do religamento da redução de alumínio ( <i>Smelter</i> ) da sua unidade de São Luís no Maranhão. Em 31 de dezembro de 2021, o referido projeto de religamento já se encontrava em andamento, mas ainda em sua fase inicial. De acordo com o plano apresentado, o início das atividades de produção, faturamento e vendas estão previstos para o segundo trimestre de 2022.				
<b>27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Pesquisa e desenvolvimento	(8.692)	(6.446)	(8.691)	(6.446)
Despesas e provisões com reestruturação	52.735	225	52.735	225
Reverso de reclassificação de ativos e passivos mantidos para venda	2	11	2	11
Créditos Tributários (i)	155.038	-	155.038	-
Outras receitas (despesas) líquidas	(3.557)	(20.180)	(5.515)	(21.063)
	<b>195.526</b>	<b>(26.412)</b>	<b>193.569</b>	<b>(27.295)</b>
(i) Em dezembro de 2021, a Companhia registrou créditos tributário sobre o assunto da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R\$ 237.238 na rubrica de Créditos Fiscais a Compensar (vide Nota Explicativa 09 - Créditos Fiscais a Compensar), R\$ 159.180 refere-se ao principal, sendo deste R\$ 155.038 registrado na rubrica de Outras Receitas Operacionais daqueles créditos de data-base de anos anteriores à 2021 e R\$ 4.142 registrado na rubrica de Impostos e Deduções sobre Venda (vide Nota Explicativa 25 - Receitas) daqueles créditos de data-base do próprio ano de 2021; e R\$ 78.058 trata-se de atualização monetária (com base na SELIC) registrado no resultado financeiro (vide Nota Explicativa 28 - Resultado Financeiro).				
<b>28. Resultado financeiro</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Juros sobre aplicações financeiras	7.139	3.041	12.532	8.391
Receita de juros sobre valores a receber	18	26	18	26
Ajuste a valor presente	59.404	15.498	59.404	15.498
Créditos tributários (i)	78.058	-	78.058	-
Outras receitas financeiras	1.100	547	1.114	678
	<b>145.719</b>	<b>19.112</b>	<b>151.126</b>	<b>24.593</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(14.117)	(44.876)	(14.117)	(44.876)
Ajuste a valor presente	(32.742)	(18.374)	(37.895)	(23.402)
Outras despesas financeiras	(7.846)	(17.151)	(6.158)	(18.537)
	<b>(54.705)</b>	<b>(80.401)</b>	<b>(58.170)</b>	<b>(86.815)</b>
<b>Variações monetárias e cambiais</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	13.096	18.946	13.096	18.972
Saldos de contas a pagar e receber (terceiros), líquida (ii)	(9.226)	6.167	(9.691)	5.166
Outros	(34)	(77)	(35)	(77)
	<b>3.836</b>	<b>25.036</b>	<b>3.370</b>	<b>24.061</b>
(i) Em dezembro de 2021, a Companhia registrou créditos tributário sobre o assunto do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R\$ 237.238 na rubrica de Créditos Fiscais a Compensar (vide Nota Explicativa 09 - Créditos Fiscais a Compensar), R\$ 159.180 refere-se ao principal, sendo deste R\$ 155.038 registrado na rubrica de Outras Receitas Operacionais (vide Nota Explicativa 27 - Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas) daqueles créditos de data-base de anos anteriores à 2021 e R\$ 4.142 registrado na rubrica de Impostos e Deduções sobre Venda (vide Nota Explicativa 25 - Receitas) daqueles créditos de data-base do próprio ano de 2021; e R\$ 78.058 trata-se de atualização monetária (com base na SELIC) registrado no resultado financeiro (vide Nota Explicativa 28 - Resultado Financeiro).				
(ii) Em 2021 as exportações contribuíram para a perda cambial, dada a estabilização do dólar estadunidense ao longo do período, frente a alta valorização da moeda ocorrida em 2020.				
<b>29. Despesa de benefícios a empregados</b>		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Remunerações	80.320	69.165	82.687	71.203
Custos previdenciários	25.195	18.338	25.803	18.532
Custos com plano de aposentadoria e pensões (i)	6.218	5.261	6.315	5.330
Custos com plano de saúde e assistência médica (ii)	15.078	9.836	15.404	9.988
Participação nos resultados	27.997	14.812	28.661	15.332
Demais benefícios	4.950	4.962	5.109	5.096
Opções de ações (iii)	24.569	3.654	24.813	3.654
	<b>184.327</b>	<b>126.028</b>	<b>188.792</b>	<b>129.435</b>
(i) A empresa e outras empresas ligadas ("Patrocinadoras") mantêm um Plano de Seguridade Social ("Plano") que cobre todos os custos dos seus funcionários. O plano é de contribuição definida, denominado Alcoa Previ. Esse plano é constituído por contribuições mensais dos funcionários ("participantes") e das Patrocinadoras. Todos os funcionários são elegíveis ao Plano. As Patrocinadoras Contribuem com 1% do salário aplicável do participante ("contribuição geral") e com 50% da contribuição básica do funcionário:				
	<b>Plano de pensão</b>			
	<b>971</b>			
	<b>971</b>			
Mudança do teto do Passivo Oneroso				
A Companhia reconhece o resultado de compensação (da participação concedida aos funcionários) proporcionalmente, com base no período determinado de permanência do empregado na Companhia e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e rotatividade esperada. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, a despesa com o pagamento baseado em ações pode ser impactada.				
(ii) Gastos relativos a benefícios com planos de saúde e odontológico, assistência: médica, hospitalar e odontológica para os colaboradores da companhia. O significativo aumento destes custos em 2021 comparados com 2020 estão ligados principalmente a gastos relativos ao combate e prevenção, informação e conscientização de pessoal, ações de cuidados, compra de utensílios, materiais de apoio e de proteção e adaptação de ambientes por conta da Pandemia de COVID-19.				
(iii) O prêmio de opção de ações determinado pelos planos de compensação da Alcoa Corporation é disponibilizado a preço de mercado na data da opção e apenas a funcionários específicos.				
Em 2021 e 2020 o número definitivo de opções concedidas se baseia no fluxo de caixa da Alcoa Corp contra um alvo preestabelecido. As opções de ações caracterizam-se conforme segue:				
	<b>Condições específicas de aquisição</b>	<b>Prazo do contrato - anos</b>	<b>Opção de recarga</b>	<b>Metodologia de liquidação</b>
<b>Data da opção</b>				
2004 a 2009	Três anos (1/3 ao ano)	Seis	Não há	Patrimônio
2010 em diante	Três anos (1/3 ao ano)	Dez	Não há	Patrimônio
Adicionalmente, para as opções de pagamento com base em ações descritas acima, a Alcoa Corp também disponibiliza prêmios com base em unidades de ações restritas que têm prazo de validade de três anos da data de emissão.				
<b>Diretoria</b>				
Diretor-Presidente - Otávio Augusto Rezende Carnevalha			Diretor - Gisele Fernanda Salvador	
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>				
São Luís do Maranhão traz novos elementos frente à eventual realização destes créditos tributários. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que, na data do balanço, se houver alguma indicação de que a perda reconhecida em períodos anteriores para um ativo, possa não mais existir ou ter diminuído, a Companhia deve estimar o valor recuperável desse ativo. Devido à ausência da análise de recuperabilidade de tais créditos tributários, não nos foi possível concluir quanto à adequação da provisão para perda dos referidos ativos que, em 31 de dezembro de 2021, totaliza R\$ 411.768 mil na Companhia e na coligada. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude				
ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.				
São Paulo, 30 de março de 2022				
<b>PWC</b>			<b>Mairkon Strangueti Nogueira</b>	
PricewaterhouseCoopers			Contador CRC 1SP255830/O-3	
Auditores Independentes			CRC 2SP000160/O-5	

## MANTIQUEIRA EDIÇÃO DIGITAL 31 03 2022 ALCOA ALUMÍNIO S A BALANÇO pdf

Código do documento 30231767-e44b-44c5-bf45-e55367be265a



### Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101  
Certificado Digital  
anuncio@mantiqueira.inf.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 31 Mar 2022, 08:04:35

Documento 30231767-e44b-44c5-bf45-e55367be265a **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE\_ATOM: 2022-03-31T08:04:35-03:00

#### 31 Mar 2022, 08:05:08

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE\_ATOM: 2022-03-31T08:05:08-03:00

#### 31 Mar 2022, 08:05:28

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 191.30.64.166 (191.30.64.166.static.gvt.net.br porta: 60276). Dados do Certificado: CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101, OU=presencial, OU=24162367000170, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=Pocos de Caldas, ST=MG, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE\_ATOM: 2022-03-31T08:05:28-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):dd0716c77151186d64cdb58198625c012d0361489f43a2918942a25cb8cd6876  
(SHA512):338577e98ccbd46423796a1f207faf161ad354c7e84c64f7d31d80ea59586d680cd43824ae263da9c1791fe10c42e48d9008470a0eec72a021e8be45252f0ad8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**